

A DOCÊNCIA: SUAS RESPONSABILIDADES E REALIDADES EM MEIO A CONJUNTURA SÓCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA NA SOCIEDADE NEOLIBERAL

Francinalda Maria da Silva; Juliana Costa da Rocha; Maria José Guedes Pontes

Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). E-mail: francinaldageografia@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). E-mail: julianageo777@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). E-mail: daya.pontes20@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de mostrar como a carreira docente passa por um processo de desvalorização, mediante as novas políticas neoliberais presentes e reafirmadas pelas reformas curriculares da conjuntura atual. A docência enquanto processo do desenvolvimento do ensino-aprendizagem, é compreendida como lócus, ação, como também caminho ao conhecimento construído em sala de aula e no processo de formação do aluno, desse modo, deve ser respeitada conjuntamente com a valorização, onde a identidade docente precisa ser percebida, ressignificada como também os conhecimentos que os mesmos agregam no processo de construção do saber. Desse modo, a pesquisa analisa a importância do ato educativo como momento íngreme que se compõe além de uma boa didática, mas que deve tanger os meios democráticos da escola, por meio do conhecimento da supremacia que o currículo legítima, particularmente no ensino de Geografia, por meio dos processos avaliativos e seletivos. Assim, discutir como o currículo e as novas reformas que se voltam à educação marginalizando a licenciatura e o exercer da docência, é entender qual o papel do professor na relação de comunicação com o aluno e qual sociedade estamos dando voz e queremos formar, pois ser docente é ir além da profissão é resistir ao sistema que menospreza o ensino-aprendizagem, desvaloriza seu ofício e exorta um contexto social desigual e competitivo.

Palavras-chave: docência, ensino-aprendizagem, currículo, conjuntura atual.

INTRODUÇÃO

Na escola abrimos um olhar novo ao universo mediante os conteúdos trabalhos, as atividades realizadas e a didática promovida. É um local de socialização, interação e da construção de parte de nossa identidade, como também das nossas esperanças em meio às realidades presentes e persistentes de exclusão e desigualdade social. A escola é parte de nossa vida, parte de nossa construção e isso se torna mais efetivo, mais significativo quando aqueles que a integram pontuam um olhar preponderante ao mundo em que vivemos.

A realidade é que a escola pública no Brasil, que carece de mais recursos, formação inicial e continuada dos professores e uma boa administração, atualmente, perpassa um momento trágico de decadência aos sistemas neoliberais presentes que contradiz os ideais públicos de uma escola para todos e para a liberdade da formação social e intelectual, como também daqueles que são os desencadeadores do processo da comunicação com o conhecimento, os docentes, menosprezados pelas ideias do mercado que desabilitam a pedagogia, a licenciatura e sua finalidade social mediante as novas reformas do Ensino Médio e da Base Nacional do Comum Curricular, que tange o aluno como mero receptor, e o professor como transmissor de conteúdos.

A escola é lugar de agentes, lugar no bairro e no meio social, por isso está sujeita a todos os fatores externos e influência reciprocamente. Por isso, entendemos que a mesma faz parte do espaço geográfico, enquanto lugar de socialização, pertencimento e poder social não somente aos alunos, que são o centro da educação, mas também aos docentes, pois os mesmos desencadeiam sua carreira neste ambiente e sua trajetória de vida, logo, se faz necessária a preocupação a uma boa didática, mas de dentro de uma análise crítica ao poder que os currículos detêm no seu processo de ensino-aprendizagem, efetivando a vivência docente dentro de uma realidade escolar e social desigual, transparecendo a realidade de sua história e ambiente de vida.

Dessa maneira, o trabalho condiz à ideia que o professor faz parte da escola e deve ser evidenciado, pois o mesmo se destaca como agente em que promove o ensino-aprendizagem, a práxis que desencadeia o entendimento dos conhecimentos. Logo, abordamos uma análise crítica sobre o papel docente em meio às novas propostas curriculares, como também a compreensão sobre o entender a amplitude de sua responsabilidade social, em meio à realidade de reformas que os desabilitam, por isso, entendemos que o papel docente é complexo, desvalorizado, mas necessário. Assim, discutir como o currículo e as novas reformas que se voltam à educação marginalizam a licenciatura e o exercer da docência, é entender qual o papel do professor na relação de comunicação com o aluno e qual sociedade estamos dando voz e queremos formar.

A ESCOLA E O DOCENTE: como propor a democracia na escola?

A escola é o lugar, ou como diria Castrogiovanni (2011), um entrelugar, por ser considerado um espaço entre o espaço familiar e o espaço da sociedade global que tem como principal agente o professor, uma vez que, este promove o ato pedagógico que dá sentido assim com o aluno, o significado da instituição, ao permitir sua colocação sobre o entendimento da realidade por meio de parte do acesso ao conhecimento produzido pela humanidade que está presente no currículo e que culmina na formação do ser para o mundo, como também, para o mercado de trabalho.

Na escola, a aula é momento efetivo do ensino-aprendizagem, momento da construção do saber. O aluno a todo o momento está assimilando informações, conhecendo e experimentando seus sentidos, seu universo e sua realidade, assim como o educador. Logo, a aula é o momento das discussões e das filtragens das bagagens que são levadas cotidianamente, mediante modelagem do conhecimento que o professor carrega e busca

propor que deve está associada à experiência de vida dos alunos dentro de suas próprias realidades, pois, permitir também o poder na sala de aula aos alunos, é democraticamente dá voz aos seus pensamentos, pois os alunos esperam que a solução venha dos professores, mas precisam entender que os mesmos podem desenvolver ideias e projetos favoráveis a concepções de suas realidades, por meio das experiências e discussões em sala de aula, permitindo entender que o poder não é apenas do professor, mas deve ser plural, pois uma política escolar efetiva deve questionar o sistema presente e visar segundo Oliveira (2005) o respeito às diferenças, pluralizando o debate e tornando as relações internas mais igualitárias, promovendo a visibilidade dos diversos interesses e possibilidades de ação dos diversos grupos em interação. Assim,

O entorno vivido no lugar onde se insere a escola é importante para oportunizar o aprendizado do aluno [como também] tudo aquilo que diz respeito à vida dos alunos e das pessoas com quem convive; e seu cotidiano. Isso tudo configura a cultura que emerge deste contexto e que permite que as pessoas tenham os elementos para construir sua identidade e pertencimento (CALLAI, 2013, p. 20).

Incorporar a realidade dos alunos à aula é permitir com que o discente se reconheça enquanto sujeito que também é aula. Esta não é apenas ensino, é aprendizagem, todos tem o que contribuir. Tal conhecer permite reconhecer as relações que o condiciona e que este é condicionado, possibilitando ao aluno entender sua posição social naquela realidade e caminhos viáveis a seu esclarecimento de uma vivência posta e menosprezada, pois o conhecimento também necessita ter sabor e conexão, já que ele agrega um papel que segundo Mészáros (2008) é soberano, para a auto mudança consciente, pois não se pode negligenciar que vivemos em uma sociedade de classes e que nesta ordem social, majoritariamente a classe popular, não detém o mínimo dos requisitos básicos.

Dessa maneira, é necessário à busca constante e o olhar atento para educação presente, onde o docente precisa validar significado ao conteúdo, trabalhando-o de forma que possa majoritariamente inserir todos os alunos e entender como e porque estão ou não aprendendo, mas que ao mesmo tempo precisa transparecer a decadência de sua carreira e sua profissão que é alicerçada dentro de sua própria realidade em meio à demanda dos currículos, pois ser professor não é fácil, sua formação é uma demanda constante, por ter, segundo Vasconcellos (2011) enorme complexidade e por está situado na crescente demanda de atribuições dadas a escola, na frágil formação inicial dos educadores e na desvalorização que perpassa seu ofício, além de outro ponto fundamental, o necessário domínio dos saberes pedagógicos.

O professor enquanto sujeito da ação, carrega consigo uma responsabilidade enorme, que não deveria ser tanta, mas por ser o mediador do ensino acaba a ele sendo destinada. A ideia de que o professor precisa refletir sobre seu ensino, sobre sua didática, como diria Kaercher (2014) não é preponderante majoritariamente, diante de uma autocrítica constante que repensa a prática pedagógica em meios às sobrecargas semanais e o pouco tempo de comunicação como os colegas, ainda mais em uma profissão cheia de incertezas e que flerta constantemente com o fracasso.

A ideia de que o docente precisa inovar constantemente deve ser analisada e entendida dentro dos patamares das instituições públicas que promovam uma verdadeira luta por uma educação pública mais acessível e real. Esta é a condição ímpar a ser superada, mediante um sistema que lida com as formas e não promove emancipação e o esclarecimento, validando as ideias de mercado, onde a educação se volta à competitividade e não as correlações, pois a escola necessariamente passa pelo um contexto de violências externas de um sistema político-econômico-governamental falho que marginaliza a sociedade e isso influencia diretamente o processo do ensino-aprendizagem, como também as violências internas, na imposição dos currículos, organizados de forma a perpetuar ideias objetivas de formação anticrítica das classes populares. Por isso, quando tais ideias não são discutidas, desvaloriza todos os agentes que compõe o âmbito escolar e aqueles que acreditam em uma educação transformadora.

Desse modo, a democracia na escola se estabelece quando se reconhece o próprio espaço na qual o sujeito está inserido, de forma que é preciso organiza-lo, aproxima-lo e atrela-lo a cultura e as percepções da conjuntura do sistema presente, assim, o docente como forma de ressignificação da luta por uma educação mais efetiva deve incentivar, está engajado nas lutas conjuntas e promover a conscientização, ao mesmo tempo em que, habilita conteúdos práticos que permitam um melhor ensino-aprendizagem, pois, segundo Freire (2005) a educação precisa ser prática de liberdade, ainda mais quando correlacionada com a experiência e a vivência dos sujeitos, pois conscientizar-se é politizar-se, uma vez que, a aula leva em conta os aspectos humanos do ser. É claro que também os alunos aprendem em seus tempos-espacos, por isso a aula precisa aguçar o pensar e o agir dos alunos, permitindo sentido à educação efetiva, mas para isso é necessário entender que quando se amplia a função profissional consequentemente o “ensinar-educar exige uma revisão radical das políticas de trabalho e de formação” (ARROYO, 2013, p. 30).

A educação precisa ser mais democrática, menos imposta e mais dialogada, pois na memória fica o que é útil, o que é significativo. A educação precisa valorizar o aluno, o professor, os agentes escolares, a comunidade, para com que estes também a valorizem, a

instigues. Viabilizar um currículo que parta do real, que seja processo de relação de identidade aos agentes que a utiliza é promover um saber gerador do sabor, preponderante a mudança. Os alunos necessitam assim como os professores serem motivados, por esse desejo e essa concretude, mas em tempos-espacos de mercantilização da educação como efetivar tal ideia?

SER PROFESSOR: suas responsabilidades e suas realidades

Ao longo da vida social, precisamos aprender as noções que nos permitem entender os princípios básicos de nossa existência e essa efetivação se faz presente na escola, em sua maioria, pelo processo de ensino-aprendizagem, mediante profissionais que articulam os diferentes conhecimentos presentes. A escola, enquanto um dos lugares da construção do saber agrega educandos e educadores que são os agentes necessários para a existência desse espaço escolar (mas não os únicos, lembramo-nos da comunidade escolar com um todo), entretanto, o papel que assume o docente nesta formação não é uma tarefa simples e cronometrada: tais docentes vivem em um mundo que lida com a diversidade e a desigualdade, uma profissão complexa e desprezada, pois os currículos ignoram os agentes da ação e as tensões que se efetivam na sala de aula, pois

exige-se do professor que ele seja capaz de articular os diferentes saberes escolares à prática social e ao desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. Em outras palavras, a vida na escola e o trabalho do professor tornam-se cada vez mais complexos (BRASIL, 2013).

Segundo Arroyo (2013) a identidade docente é menosprezada assim como sua história. O professor é reconhecido pelo seu ensino e não enquanto ser social que também faz parte da realidade ontológica da escola e dos currículos. Onde se exige a criatividade docente em contraposto a forte presença do processo de diretrizes e normas que continuam a rigidez do ensino e se normatizam no currículo. O mesmo é negligenciado e controlado pelos sistemas de conteúdos e processos de avaliação presentes. Logo, o ensinar-aprender se configura distante do ideal de uma educação efetiva, onde os conteúdos são valorizados, os processos avaliativos são reconhecidos e as ideias que se configuram uma educação libertadora são desmerecidas.

A carreira docente desvalorizada por parte da sociedade e pelo mercado de trabalho, bem como sua prática, abrange amplas dimensões no campo social e curricular e se efetivam ainda mais, com a validação da Base Nacional Comum Curricular (2017), onde “o currículo oculta e ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo” (SILVA, 2005, p. 79) ao negligenciar as diferenças, na qual, o professor torna-se culpado pelos preceitos lógicos

na reprovação, na falta de significação do ensino ao real e em seu papel social enquanto agente de transformação da realidade, como se a educação se concretizasse apenas no processo de ensino-aprendizagem realizado pelo docente e o entendimento do currículo, dos recursos destinados à escola pública, como também da condição da própria instituição e o local em que a mesma é edificada fossem desconsideráveis. Assim, é necessário entender que o currículo presente na educação básica,

não pode ser compreendido como um mero instrumento racional de planejamento e organização. É antes um campo de lutas e disputas que envolvem concepções (políticas, filosóficas éticas, etc.). Pressupõe, essencialmente, uma discussão sobre os fundamentos e dos objetivos de uma determinada formação (GIROTTO; MORMUL, 2016, p. 60).

O currículo precisa ser elaborado dentro de um sistema participativo e democrático, não deve ser imposto, pois reafirma as ideias que segundo Pinheiro (2015) acompanham os sistemas de avaliações para a garantia da realização de conteúdos preestabelecidos na educação básica. Tais conteúdos tomam o ideal dos tempos-espços para a reafirmação da ação de um sistema que avalia o processo de ensino-aprendizagem, objetivando bons resultados e validação de “conteúdos gerais” a qual se precisa ter conhecimento para alcançar êxito nos exames nacionais. Assim, é necessário compreender que não é por vez, o professor que impõe conteúdos específicos, avaliações, mas uma lógica que o obriga, uma lógica estrutural que também os esgota em autonomia e em seus ideias.

A Reforma do Ensino Médio (2018) que valoriza rigorosamente o ensino técnico, ao mesmo tempo em que reafirma uma formação condizente com a lógica estrutural de uma classe popular destinada a postos de trabalhos historicamente estabelecidos, comprometem, em meio a urgência de adentrar ao mercado de trabalho, o modo de conhecer o mundo e do entender sobre o espaço na qual fazemos parte, pelo fato de eliminar as possíveis oportunidades que poderiam ser conquistas mediante as diversas ciências e conhecimentos estudados no Ensino Médio, negando a possibilidade a um conhecimento válido para participar de processos seletivos em áreas restritas e hierarquizadas a burguesia. Pois a partir do momento que determinados conhecimentos tornam-se optativos e descontextualizados, conseqüentemente, tal ideal ignora o aluno e suas opções, como também desvaloriza o docente, sua ciência e sua pedagogia, uma vez que, outros conhecimentos não são apresentados, preponderando a um controle do trabalho docente sobre princípios a serem seguidos, validando o enclave da ideia de uma sociedade que não se permite pensar em meio a

tempos-espacos em que o ensino lógico é mais preponderante do que o fazer pensar para agregar saber a existência e não somar a precarização da situação existente da educação.

Desse modo, o pensamento do docente é relevante, a necessidade de incentivo e pontuação nos princípios pedagógicos são efetivados nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), em que se debate a necessidade de o professor pensar autonomamente, de organizar seus saberes e de poder conduzir seu trabalho, práticas diretamente relacionadas à formação que tem com a postura pedagógica que adote, uma vez que ele é o agente principal de seu próprio fazer pedagógico. Por isso “o debate curricular é parte da justificação social, cultural e educativa da escolaridade obrigatória, contemplando e dando sentido à missão de custódia que a escolarização nas sociedades modernas inexoravelmente tem” (SACRISTÁN, 2000, p. 111).

Debate-se que a BNCC, assim, como outros documentos, “não auxiliam o professor no seu fazer cotidiano. Não aclaram o lugar e as possibilidades das disciplinas específicas frente às novas perspectivas para uma educação em prol da justiça social” (ASCENÇÃO; LEITE; PORTELA, 2017, p. 144). Desse modo, entende-se que o documento não habilita propostas a ruptura do contexto social vigente, pontuando ainda mais um conhecimento pautado na transmissão, na técnica e não nos princípios pedagógicos, pois o ensino-aprendizagem estaria relegado ao seu encerrando em sistemas de avaliações, nos processos seletivos e na valorização do sistema social presente. Logo, para a efetivação de uma educação democrática, segundo Santos (1993), é necessário o debate e o discurso de ações que não viabilizem as ideias dos modelos econômicos que subordinam a educação pública, mas é necessário a luta constante e a possível esperança de uma educação libertária, em meio a um sistema que tem uma lógica impressionante de exortação, mas não impossível de ser superada. Assim,

O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu dever. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão (ADORNO, 1995, p. 12).

Dessa forma, o entendimento dos currículos presentes com atuais reformas reafirma e resiste aos conhecimentos vivos, às indagações ao diálogo que se exerce entre a identidade docente e consciência do aluno. É urgente um movimento de reação sobre o que ensinar-aprender, pois segundo Straforini (2014) o currículo precisa baseia-se na identidade narrativa e não nos conteúdos preestabelecidos. É necessário um currículo que promova à práxis e a ideia da existência do conhecimento que se constrói socialmente, valorizando os indivíduos

suas identidades e sua realidade, pois, a educação promovida a uma saber avesso da realidade, valida não a mudança da mesma, mas a perpetuação dos princípios ideológicos que regem o meio social mediante sua forma e lógica imposta, negando o direito de conhecê-la, mas aceitando as reformas como única opção e solução.

O PAPEL DO GEÓGRAFO E DA GEOGRAFIA

Ser professor é um processo ontológico, implica uma maneira de apresentar uma visão de mundo. Não tem como lecionar sem perguntar a si e aos alunos o que queremos e o que fazemos para chegar ao que queremos. Ainda mais o professor de Geografia, que vive a falar do mundo e dos povos, dos outros. (KAERCHER, 2014, p. 24)

A Geografia por ser uma ciência ampla, permite com que possamos enxergar os diferentes lados e relações na qual a mesma se atrela ao mundo real, diante dos conceitos do espaço e do tempo, como também de sua interligação a sociedade e a natureza. O saber geográfico também não está pronto e acabado, está relacionado em seu fim social, por isso, o conhecimento, mediante formação e experiência, como também entendimento do sistema existente permite sentido ao serem incrementados no agir da vivência da sala de aula, no fazer e ser professor e geógrafo.

A Geografia abrange o conhecimento do espaço, pois somos espaços e diante deles estamos em relações simultâneas de identidades e marcas, como também de portadores de visibilidades as vozes presentes, debatendo as condições que as mesmas perpassam. Damiani (2005) aborda que conhecer o espaço é conhecer a rede de relações a que se está sujeito, da qual é sujeito e é preciso de pensamentos que agreguem as ações através do ensino e da pesquisa mediada por um processo educativo cotidiano permitindo enxergar que o lugar do cidadão, é ocupado pelo Estado e as estratégias de mercado.

Segundo Kaercher (2014) a Geografia qualifica a leitura do mundo, ao dá sentido a expansão quando relacionados ao entendimento do mundo a partir das relações entre os lugares, as paisagens, as pessoas, como também, no entendimento do espaço que em seu decorrer deixa marcas, como também atrelar subjetividade e pertencimento, pois a Geografia oferece muitas possibilidades de leituras e de reflexões, é como filosofia de nossa cotidianeidade. Logo, é preciso entender que “se nossas aulas não ajudarem os alunos a repensarem suas práticas e costumes estamos simplesmente falando para as paredes” (KAERCHER, 2014, p. 34).

Dessa maneira, a escola que é feita de sujeitos, precisa evidencia-los é propor sentido a sua existência e consistência com os estudos, por isso, entendemos que a escola é um espaço

ímpar, de formação política e humana, lugar que potencializa, como também dá vida. Logo, o saber se constrói a cada momento, a cada nova experiência. O papel docente abarca as complexidades da profissão, uma carreira cansativa, desvalorizada em contraponto a sua excelência social não percebida, na qual o professor é relegado a um mero conhecedor, e amoroso profissional, mas é necessário segundo Kaercher (2013) que o mesmo, faça enxergar, (re) ensinar a ver e iluminar o que está oculto, problematizar o que sempre parece natural. Assim, o professor também como um dos sujeitos da ação que desempenha o ensino aprendizagem deve ser remetido a sua concepção social e econômica como também ser portavoz de sua luta, pois o mesmo tem parte do poder de possibilitar conscientizar a um mundo melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar é algo natural, existencial, mas também um caminho essencial para entender quem somos e o que queremos, pois diante de uma realidade posta que agrega um sistema antidemocrático, abusivo e desigual, a identidade docente torna-se relativa, menosprezada, conduzida a marginalidade quando contrária aos ideais existentes, por isso, fazer e refazer ciência não é um processo fácil, mas é uma condição de dever do pesquisador, do cientista, enquanto caminho para a construção de um pensamento mais complexo.

Fazer ciência é ter consciência que a ação é processo de esperança a aguçar a resistência às ideias sociais existentes. O currículo que se materializa, com os aprendizados da escola, do lugar que está presente é o caminho para perceber que o conhecimento é para valorizar os cidadãos e não validar um estado individualista e condizente com políticas alienantes e regressivas, pois a educação precisa fortalecer a esperança e não deixa-la morrer.

A educação precisa de um olhar atento a suas práticas, a seus agentes, e não a educação que segundo Gentilli (2002) é conhecida como veículo de transmissão das ideias e excelências do livre mercado e da livre iniciativa, como doutrina liberal. É preciso valorização dos seres, pois a luta é contra as raízes profundas do sistema capitalista, e este pode ser um começo para transformação. Esta é a condição ímpar a ser superada mediante um sistema que lida com as formas e não com as estruturas, perpetuando as ideias de mercado e uma educação voltada a competitividade e não as correlações. É urgente uma educação radical, onde haja os diálogos e as visões, como também as revisões, do mundo real, em que os porquês assumam protagonismo no pensar e agir, permitindo assim que os fins educacionais tenham fins sociais, lidando com a promoção da justiça, da igualdade e com a verdadeira democracia.

Dessa maneira, o território do currículo deve ser conquistado e gerido pelos agentes que promovem as ações na Educação Básica com ajuda daqueles que validam a importância da discussão sobre este campo nas universidades e instituições. É partir da concepção local, da realidade escolar e social, na qual a escola se insere que as práticas devem ser construídas e introduzidas. A ideia de uma educação para a vida deve ser à base do conhecimento proposital de significação sobre a importância do saber para o cotidiano e a forma ampla de enxergá-lo. Um conhecimento que valide o ser e seu espaço, que agregue importância à escola e permita entender não somente a autonomia docente, mas sua consciência e suas condições de trabalho.

As reformas atuais deforma o cenário público, motivando o empobrecimento ideológico da escola pública, desmotivando e marginalizando a licenciatura a um viés mecânico, onde os sujeitos são menosprezados. Ao mesmo tempo, que desfalece a democracia que já é falha, ao negligenciar suas vozes e não consulta-los. O que ocorre cruelmente é a imposição de um conhecimento que assegura um sistema que legitima e reafirma as ideias neoliberais, em meio à urgência da conclusão “facilitadora” e “opcional” do ensino médio e na busca de “inserção ao mercado de trabalho”, que por sua vez, são falhos em direitos e crises constantes de oferta e procura, mediante consequências do próprio sistema, onde os recursos que deveriam validar uma educação de qualidade e direitos básicos são sucumbidos e destinados às instituições capitalistas.

Desse modo, é necessário fortalecer o coletivo docente, promover visibilidade a sua carreira e ofício e entender as circunstâncias na qual é desrespeitado e desvalorizado, mediante um sistema estatal falho que compactua com brechas a privatização da educação pública. Assim, o momento é necessário às mobilizações, as vozes e as conscientizações, pois a um processo ao retrocesso e isso é crucial a uma educação ao alcance de todos e as conquistas educacionais de inclusão e diversidade que foram introduzidas à duras penas. Logo, somos todos sujeitos dessa história e precisamos desfalecer ações às ideias neoliberais que debilitam o ensino-aprendizagem, na medida da condição a efetivação de propostas a uma educação que habilita e conscientiza o sujeito, por meio do entendimento das relações hierárquicas de classes e estudo do espaço vivido e negado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque; LEITE, Cristina Maria Costa; PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. Currículo e ensino de Geografia: um diálogo a ser posto. In: ALVES, Adriana; KHAOULE, Anna Maria Kavacs (Org.). **A geografia no cenário das políticas educacionais**. Goiânia: C&A Alfa & Comunicação, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/abril-2014-pdf/15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, 17 de fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Espaço Geográfico escola e os seus arredores-descobertas e aprendizagens. In: CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FREIRE. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2005.

GENTILLI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIROTTI, Eduardo Donizeti; MORMUL, Najla Mehanna. **Formação docente e educação geográfica: entre a escola e a universidade**. Curitiba: CRV, 2016.

KAERCHER, Nestor André. A geografia serve para entender a água, o sangue, o petróleo... serve para entender o mundo, e, sobretudo, a nós mesmos. In: FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; OLIVEIRA, Marlene Macário de (Org.). **A formação docente em geografia: teorias e práticas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2014.

KAERCHER, Nestor André. Os movimentos que meus mestres me ensinam: ddd's, sginos, alimentos, escadas, luzes, grenais. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; TONINI, Ivani Maria; KAERCHER, Nestor André (Org.). **Movimentos no ensinar Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar-Cultura, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de Oliveira. Sobre a democracia. In: _____; GONDRA, José Gonçalves; HOUSSAYE, Jean; SGARBI, Paulo Sérgio (Org.) **A democracia no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005.

PINHEIRO, Antônio Carlos. Reformas curriculares, políticas públicas e ensino de geografia: reflexões, experiências e práticas. RABELO, Kamila Santos de Paula; BUENO, Míriam Aparecida. **Currículo, políticas públicas e ensino de geografia**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2015.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STRAFORINI, Rafael. O currículo de geografia do Ensino fundamental: entre conhecer o que se diz e o vivenciar o que se pratica. In: TONINI, Ivaine Maria et al (Org.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Formação didática do educador contemporâneo: desafios e perspectivas. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de Formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.